



SENADO FEDERAL

SENADOR FERNANDO COLLOR

AS MOMENTÂNEAS DIFICULDADES ECONÔMICAS DO NORDESTE

BRASÍLIA – DF



Senado Federal

Senador **FERNANDO COLLOR**

AS MOMENTÂNEAS DIFICULDADES ECONÔMICAS DO NORDESTE

*Discurso proferido na Sessão do Senado Federal
no dia 06/04/2015*

Brasília – DF

PRONUNCIAMENTO

(Do Senhor FERNANDO COLLOR)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores,

Se a atual crise econômica brasileira afeta o país como um todo, significativos são os prejuízos que ela causa à Região Nordeste e, particularmente, aos estados mais carentes e com menor possibilidade de investimento, como é o caso de Alagoas.

Esse cenário nos remete a quatro grandes temas prioritários que demandam atenção por parte do governo federal: primeiro, a dívida dos estados com a União; segundo, a subvenção aos fornecedores de cana-de-açúcar; terceiro, os contratos de energia elétrica entre a Chesf e as indústrias de base do Nordeste e, quarto, as obras do PAC na região.

Inicialmente, Sr. Presidente, é incompreensível para a grande maioria desta Casa a decisão do governo federal em descumprir a Lei Complementar nº 148, de 2014, que estabeleceu a mudança do indexador da dívida pública dos estados e municípios, sancionada em novembro último pelo próprio Executivo federal. Será que teremos que aprovar uma nova lei para o governo cumprir a lei anterior. Num país que almeja credibilidade e segurança jurídica, isso é inconcebível!

As bases do acordo entre o Congresso Nacional e o governo federal, que permitiu a aprovação da lei, criariam um novo horizonte para o desenvolvimento socioeconômico de Alagoas. Hoje, o estado paga mensalmente à União mais de 50 milhões de reais do chamado serviço da dívida pública, cujo montante total é superior a 9 bilhões de reais. Ao mudar o indexador da dívida com a União, a nova previsão legal aliviaria a situação fiscal de todos os entes federados, incluindo Alagoas e seus municípios. Isso porque o indexador passaria a ser a taxa Selic ou o IPCA, o que for menor, mais 4% de juros, em vez do IGP-DI, mais entre 6% e 9% ao ano, o que hoje está em vigor. A lei garante ainda a correção retroativa do saldo devedor pela variação acumulada da Selic, desde a assinatura dos contratos.

Em diversas ocasiões, Sr. Presidente, tenho me manifestado sobre a necessidade de alteração desse indexador, constante do contrato de rolagem da dívida pública dos Estados. No caso de Alagoas – e diga-se, da maioria dos entes federados –, o atual contrato consagrou o endividamento como algo simplesmente impagável, além de ter agravado a sangria do Tesouro estadual, que precisa alavancar e construir seu desenvolvimento. Trata-se, na verdade, de devolver a Alagoas a dignidade mínima de sua capacidade de investimento perdida.

A segunda questão, Sr. Presidente, refere-se ao pagamento da subvenção aos fornecedores de cana-de-açúcar. Na semana passada tive a informação do ministro do Planejamento de que, com a revalidação da Medida Provisória 666, de 2014, que trata da questão, a subvenção passou a integrar os ‘restos a pagar’ do governo federal. Contudo, a luta continua no sentido de viabilizar não só essa disponibilidade financeira, mas principalmente a respectiva dotação orçamentária, de modo que o repasse de 622 milhões de reais chegue aos produtores de cana do Nordeste. A liberação das verbas permitiria compensar os prejuízos causados pela estiagem e, principalmente, estabilizar um segmento econômico determinante para a região. Afinal, são 21 mil fornecedores de cana no Nordeste, dos quais 7 mil e 500 somente em Alagoas, que é um dos maiores produtores de açúcar e álcool do Brasil e que, ansiosamente, aguarda por essa liberação de recursos.

No caso de Alagoas, a expectativa é de que sejam repassados cerca de 200 milhões de reais, o que significará proteger a economia do estado e manter os empregos dos trabalhadores do setor sucroalcooleiro.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, a ênfase que tenho dado a este tema se justifica pelo fato de que, tanto a palavra do governo, como a própria medida provisória acabam se diluindo dentro do turbilhão de incertezas que teimam em contaminar o panorama econômico nacional. Não sem razão, os fornecedores de cana-de-açúcar, essenciais no segmento sucroalcooleiro pelos milhares de empregos que geram, encontram-se apreensivos e, ao mesmo tempo, frustrados pela ausência concreta da solidariedade governamental. Soma-se a isso, o agravamento do quadro em função da entressafra que se estende até o mês de setembro. Assim, volto a frisar: é preciso que se honre o compromisso feito pelo governo

com esse fundamental setor econômico nordestino e, por conseguinte, do meu estado, Alagoas.

O terceiro tema prioritário, Sr. Presidente, refere-se à prorrogação dos contratos diferenciados de energia elétrica firmados entre diversas empresas e a Chesf, e cujas alíquotas estão sendo revisadas pelo governo federal. O fato é que, em função do aumento do custo da energia, afetando um setor que historicamente funcionou como importante instrumento de consolidação do parque industrial nordestino, o governo assumiu o compromisso de apresentar, até o final do mês de junho, uma alternativa aos segmentos industriais denominados eletrointensivos, ou seja, os setores em que a energia elétrica tem grande peso no processo de produção. Com esse propósito, inclusive, encaminhei ofício à presidente da República e tratei pessoalmente da questão com o Sr. Ministro-Chefe da Casa Civil.

Sr. Presidente, para demonstrar o impacto financeiro a ser gerado com a não-prorrogação das alíquotas dos contratos, as empresas da moderna indústria de base são responsáveis hoje por 20% do Produto Interno Bruto, de 16 bilhões de reais, da região Nordeste e também por cerca de 145 mil empregos diretos e indiretos. No caso de Alagoas, por exemplo, serão sacrificadas várias cadeias produtivas, como a das indústrias química e do plástico. Somente a planta de cloro-soda, que permitiu a implantação das indústrias de MVC e PVC no estado – a maior da América Latina e que tornou Alagoas o maior produtor de PVC do continente – consome 45% de toda a energia comercializada pela Eletrobras Distribuição Alagoas. Segundo cálculos, o fim do incentivo deve encarecer em até 40% a produção industrial, ou seja, uma verdadeira perversidade para a competitividade e os investimentos, além de uma ameaça à manutenção dos empregos qualificados do setor e à própria formação de mão-de-obra. Ao não dedicar uma atenção especial a este contexto, estaremos condenando a economia alagoana a uma crise sem precedentes e que fatalmente vai gerar a desindustrialização do estado, com efeitos profundos na geração de emprego e na renda pelas próximas décadas.

Novamente, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, em função do cenário econômico desfavorável que já se apresenta, estamos diante de mais uma incerteza para grande parcela geradora de emprego e renda no país, com destaque para o Nordeste. Enquanto o governo não apresentar

a alternativa que prometeu para, ao menos, amenizar os impactos do reajuste dos contratos, só nos resta cobrar das autoridades, mais uma vez, a atenção e a prioridade que o assunto requer. Afinal, a não-prorrogação dos contratos dos consumidores industriais da Chesf terá a perversa consequência de permitir que mais energia competitiva migre do Nordeste brasileiro para outras regiões, naturalmente, mais ricas do país.

Por fim, Sr. Presidente, uma última questão que também nos traz grande preocupação, é o risco que correm as obras do Programa de Aceleração do Crescimento, o PAC, na região Nordeste. O panorama que se começa a perceber é a desaceleração e até mesmo a paralisação de canteiros de obras fundamentais para a infraestrutura de toda a região. A própria declaração da presidente da República, em reunião com os governadores do Nordeste, trouxe um condimento a mais ao clima de incertezas, na medida em que o governo passou a vincular os repasses de recursos para a continuidade das obras à aprovação do ajuste fiscal. Eu me pergunto como isso poderá acontecer, se uma das medidas adotadas no ajuste fiscal do governo é o contingenciamento de recursos destinados exatamente ao financiamento do próprio PAC? Ou seja, é uma decisão política cuja equação, convenhamos, não fecha.

Realizações como a integração do Rio São Francisco, o maior empreendimento de infraestrutura do país – e cujos recursos são totalmente financiados pelo PAC –, além de construções que afetam diretamente o estado de Alagoas, como a do Canal do Sertão e obras de saneamento básico, encontram-se hoje com sua continuidade e conclusão comprometidas. Da mesma forma, outros importantes empreendimentos como a conclusão da duplicação da BR-101, do Programa Minha Casa Minha Vida, e de obras do setor de transportes – mais especificamente as ferrovias Norte-Sul e Transnordestina – estão há décadas em construção e, agora, encontram-se sem perspectivas de finalização.

Apenas para dar uma noção do montante de recursos que hoje está ameaçado, lembro que, para 2014, quando eu exercia a presidência da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal, havia uma previsão de investimentos em Alagoas – somente do PAC 2 – na ordem de 9,8 bilhões de reais. A previsão era de 9,8 bilhões de reais! Apesar de

todos os esforços, a meta não foi cumprida como gostaríamos e está agora mais prejudicada pelas medidas que se anunciam.

Em suma, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, essas quatro grandes questões aqui trazidas compõem apenas o mosaico imediato e perceptível de prioridades para a economia de Alagoas e do Nordeste. A ele podemos somar um quinto componente de dificuldades: o impedimento que estados e municípios poderão passar a ter – esperamos que isso não ocorra, mas há essa iminente possibilidade – em contrair empréstimos junto a instituições como BID e o BIRD para obras de infraestrutura, pois, ao que se anuncia, não receberão autorização da equipe econômica. Novamente, Sr. Presidente, afeta-se o pacto federativo, na medida em que, com as restrições financeiras para a implantação do ajuste fiscal, o governo federal acabará restringindo a autonomia e a possibilidade de acordos dos demais entes federados junto a organismos internacionais.

Assim, Sr. Presidente, o que se espera é que essa verdadeira camisa-de-força não seja posta e, menos ainda, imposta à economia dos estados e municípios. Mas infelizmente, se não forem tomadas medidas urgentes e se não forem promovidas mudanças de postura, o futuro não será promissor. Senão, vejamos o cenário que se apresenta diante de nós: sem o repasse das subvenções aos fornecedores de cana-de-açúcar; sem a repactuação dos contratos dos chamados eletrointensivos; sem a mudança do indexador da dívida pública dos estados; e sem a garantia da continuidade das obras do PAC, tudo isso certamente agravará ainda mais a queda de arrecadação tributária como a do ICMS e a dos já combalidos Fundos de Participação dos Estados como dos Municípios, e engessar, assim, qualquer possibilidade que ainda exista de os governos estaduais e prefeituras manterem os serviços básicos de atendimento à população.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, são essas e outras preocupações que hão de aparecer e de se concretizar se o governo federal não mostrar capacidade de se reinventar. Sob o prisma de um cenário maior, a verdade é que a conjugação da redução concomitante de componentes e de fatores básicos da economia, como o investimento, a produção, o consumo, o emprego e a renda, fatalmente nos levará ao conhecido círculo vicioso que não permitirá escaparmos da recessão e, pior, da estagnação econômica. Que isso não ocorra é o que todos desejamos. Para superar

esta crise, não basta o ajuste fiscal na medida certa. Mais do que aumentar a arrecadação, o governo precisa cortar os gastos de custeio, reduzindo sua máquina administrativa, racionalizando suas despesas, planejando melhor suas políticas públicas e revendo suas prioridades. Só assim o governo manterá sua capacidade de investir, de repassar recursos, de garantir o emprego e a renda da população para, em consequência, permitir que a economia volte a crescer.

Por tudo isso, devemos conclamar governos, setores produtivos e sociedade para unirem esforços, encontrarem alternativas e, assim, viabilizarem a recuperação econômica do país, começando pelas regiões mais vulneráveis e menos favorecidas, como é o Nordeste e o meu estado de Alagoas.

São essas, Sr. Presidente, as minhas ponderações e é este o meu apelo.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores.

Muito Obrigado.

Sala das Sessões, 6 de abril de 2015.

